

Prefácio Livro sobre socialismo

Giuseppe Tosi (UFPB)

Uma das questões não resolvidas que o século XX deixou para o século que se inicia é a relação entre democracia e socialismo. Há um dilema que mostra de maneira sintética e eficaz esta relação: sem democracia não há socialismo, sem socialismo não há democracia.

No famoso debate sobre o caráter da Revolução Russa, logo após a sua eclosão e ainda na fase dramática da definição dos seus rumos, Kautsky (a direita) e Rosa Luxemburg (a esquerda) criticavam Lênin, alertando-o do que, dada as condições objetivas em que se encontrava a Rússia, a ditadura **do** proletariado tenderia a se transformar numa ditadura **sobre** o proletariado. Foi o que, de fato, aconteceu na União Soviética e na maioria dos países do bloco comunista: o partido bolchevique assumiu o controle dos *soviets* e dos aparelhos do Estado, e através deles conseguiu controlar com mão de ferro toda a sociedade, eliminando assim as garantias e liberdades individuais. A pretensa superação das liberdades democráticas “burguesas” em nome de uma democracia “proletária” superior se demonstrou infundada e levou o regime soviético aos êxitos totalitários que acabaram por provocar a sua decadência e definitiva implosão.

Por sua vez, Lênin na sua virulenta replica foi também profético ao prever que a via democrática e gradualista apontada pelos “renegados” Bernstein e Kautsky, máximos representantes do reformismo social-democrático alemão, não levaria à superação do capitalismo, mas a uma sua reforma e adaptação com a “cumplicidade” dos socialistas reformistas. O motivo principal apontado pelo revolucionário bolchevique era o mesmo já apontado por Marx, ou seja, a dicotomia insanável e radical entre a igualdade política “formal” e a desigualdade econômica “real”, que inviabilizava a realização dos direitos de todos os seres “humanos” e não somente dos “burgueses”. Paradoxalmente ambos, Kautsky e Lênin, estavam certos e o dilema que o socialismo do XX nos deixou continua ainda ser solução.

A experiência épica e trágica do comunismo ensinou que a democracia é uma condição necessária, ainda que não suficiente, para a construção do socialismo. Como afirma um dos maiores intelectuais marxistas brasileiros, o cientista político Carlos Nelson Coutinho, não há socialismo possível sem democracia, considerada como um “valor universal”, citando uma famosa expressão do antigo líder do partido comunista italiano Enrico Berlinguer. Por outro lado, em outro livro intitulado *Contra Corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo*, afirma Coutinho que não pode haver uma democracia sem socialismo, e esta segunda parte da tese é tão importante quanto a primeira e bem mais difícil de realizar.

Enquanto o primeiro livro, escrito em 1978, enfatizava a importância do respeito do sistema de garantias de direitos das democracias burguesas, criticando assim as teorias que consideravam as liberdades “burguesas” um campo meramente tático e não estratégico para a construção do socialismo (tradição que podemos definir “leninista”); o segundo, publicado em 2000, vai no sentido oposto, criticando as teorias que defendem uma acomodação permanente da democracia aos moldes capitalistas, remetendo o socialismo para horizontes sempre mais longínquos e de fato renunciando a ele (tradição que encontra em Bernstein e Kautsky os seus fundadores).

Mas de que democracia estamos falando? A democracia representativa, direta, participativa, como disputa entre elites para o voto popular? A tendência hegemônica da literatura pós-comunista, é que uma democracia socialista não pode ser uma mera

democracia representativa, mas uma democracia o mais possível participativa, que não somente garanta a todos os cidadãos o direito ao voto, mas garanta igualmente a participação na gestão da coisa pública, onde o apelo à soberania popular não seja algo meramente retórico e esporádico, mas o princípio fundante da vida econômica, política e social. Bobbio afirmava que, para avaliar a extensão da democracia num determinado país, não era suficiente perguntar **quem** vota, mas também **onde** se vota. A radicalização da democracia visa possa garantir não somente as liberdades formais, mas também e ao mesmo tempo a superação das desigualdades materiais: a democracia não pode se limitar aos espaços políticos, aos parlamentos ou à participação na gestão da coisa pública, mas deve entrar na arena econômica, não pode parar diante das portas das fábricas ou dos bancos, mas deve poder controlar os centros econômicos e financeiros onde, sem nenhum controle democrático, se tomam as decisões cruciais para os destinos da humanidade. Desta forma, através de uma radicalização da democracia, se poderia chegar ao socialismo, entendido como o controle social sobre os meios de produção e a distribuição da riqueza e do poder econômico e político.

Esta não é uma fórmula que pertence ao passado, como querem os que anunciaram muitas vezes a morte do socialismo, mas uma questão relevante para o presente. Ao final, a aceleração dos processos de globalização e a atual crise financeira mundial, cujos efeitos são ainda imprevisíveis, demonstram a pertinência e relevância da crítica marxista ao capitalismo. Com efeito, persiste uma gritante contradição entre a crescente socialização da produção, que estende sempre mais a divisão social do trabalho ao mundo inteiro, e uma igualmente crescente apropriação privada dos lucros desta produção, que aumenta a desmesura as desigualdades econômicas e sociais. Por outro lado, o capitalismo parecer demonstrar a sua força, e consegue sobreviver às suas inúmeras crises, desapontando as expectativas dos que apostam na próxima como “a” crise terminal do sistema.

Parece difícil negar que as experiências históricas do socialismo nestes últimos dois séculos apontam a necessidade de superar dois extremos: a utopia comunista da eliminação do mercado e a utopia neoliberal da auto-regulamentação do mercado. Realisticamente, o mercado capitalista não somente resistiu e sobreviveu às suas crises internas e às alternativas externas, mas manteve uma imensa força de penetração em todos os países do mundo, inclusive nos países do antigo bloco comunista. Se o ciclo das revoluções políticas burguesas se encerrou no início do século XIX, e o ciclo das revoluções comunistas terminou com a queda do muro de Berlim, o ciclo das revoluções econômicas e industriais capitalistas nunca parou e continua em franco desenvolvimento, evolução e expansão, através das sucessivas revoluções tecnológicas que acontecem em ritmo frenético. Deste ponto de vista, a burguesia, como já haviam escrito Marx e Engels no *Manifesto*, é a verdadeira classe que continua revolucionando todos os aspetos da nossa vida. Desta forma, o sub-sistema econômico tende a colonizar os outros subsistemas, social, político, religioso, artístico e a invadir sempre mais “o mundo da vida” com a sua racionalidade instrumental.

Por outro lado, o mercado globalizado não se auto-regulamenta como defendem os (neo)liberais; ao contrário, deixado a si mesmo tende a provocar uma sociedade global sempre mais instável e de risco, segundo a definição de Ulrich Beck (*risikogesellschaft*): riscos sociais, ambientais, financeiros, econômicos, militares. E é muito arriscado imaginar que o mercado global possa solucionar esses riscos como uma “consequência não intencional” da busca direta de lucro, que ao final é o único verdadeiro motor do capitalismo. Esta situação se reproduz em nível mundial. Aparece sempre mais claramente – sobretudo para quem olha o mundo do lugar social dos excluídos – que o projeto da globalização, como hoje se apresenta, não somente não é

de fato universal, mas tampouco universalizável, porque precisa reproduzir continuamente a contradição excluídos/incluídos, emancipação/exploração, dominantes/dominados. Além dessas contradições “clássicas”, aparecem novas contradições, entre produção indefinida para consumo ilimitado num planeta com recursos limitados; impossibilidade ecológica de universalizar o atual padrão de consumo; a exigência do sistema de continuar crescendo economicamente e os limites ecológicos do crescimento. Volta à atualidade a crítica de Marx entre necessidades reais e supérfluas, e a capacidade do capitalismo de continuar ampliando indefinidamente as fronteiras do mercado.

Isto significa que a perspectiva socialista não pertence ao passado, mas mantém a sua atualidade para o presente e aponta para o futuro como alternativa às contradições sempre mais agudas que o capitalismo enfrenta e às crises sempre mais graves e estruturais que não consegue resolver. Não se trata de repetir as experiências do passado, mas de aprender com elas e criar uma perspectiva socialista que saiba responder aos novos desafios que a humanidade enfrenta.

Os ensaios desta coletânea, escritos por estudiosos que reúnem o rigor acadêmico com a paixão militante pela transformação social, aceitam o desafio de repensar a tradição socialista, e o fazem focalizando um tema central, a dos fundamentos ético-políticos de uma nova proposta socialista para o século XXI, desde uma perspectiva latino-americana.

Por trás do pluralismo dos temas e das abordagens utilizadas, há algo em comum a todos os ensaios, ou seja, a superação da dicotomia entre um socialismo “científico” e um socialismo “ético”, entre o socialismo como análise socioeconômica “objetiva” e como projeto de transformação social, entre um jovem Marx utópico e idealista e um Marx maduro realista e cientificista, debate que ocupou a literatura socialista durante décadas sem grandes resultados.

A pretensão de elaborar um discurso científico objetivo nas ciências humanas é uma herança positivista e não deixa de ser uma forma de ideologia; nenhum discurso é neutro, mas é formulado a partir de um lugar social e de pressupostos ético-políticos que o fundamentam: no caso em questão se trata do lugar social da América Latina, enquanto “periferia” contraposta a um “centro” e das populações pobres e marginalizados que nela vivem, enquanto excluídos e vítimas de um sistema de exploração. O pressuposto é que qualquer proposta de sociedade deve garantir a todos os seres humanos, independentemente da sua condição social, econômica, ou cultural o acesso aos bens produzidos coletivamente pela humanidade e apropriados “privatisticamente” por alguns, e que esta distribuição deve ser feita seguindo critérios éticos que superem o individualismo liberal. Este é o “imperativo categórico” do nosso tempo, a necessidade de que, qualquer projeto de sociedade para ser justo deve ter como horizonte, como ideal regulador, como utopia a universalidade, deve ser um projeto cujos pressupostos possam ser universalizáveis a todos os seres humanos. Esta é a perspectiva na qual o projeto iluminista e socialista se encontram.

Os temas clássicos da ética da política, tais como o da dignidade humana, da felicidade, da justiça distributiva, do controle bio-político, da ética material da vida, do comunitarismo, do feminismo, da alteridade, são abordados e analisados nesta obra coletiva à luz de uma perspectiva socialista que seja a mais ampla e universal possível e possa dar sugestões para a superação do sistema capitalista injusto e desigual em que vivemos.

Voltando ao dilema com o qual iniciamos, podemos afirmar que a perspectiva da democracia (participativa) como condição necessária a qualquer projeto socialista, está consolidada e incorporada à teoria e a prática dos projetos socialistas. A experiência dos

socialismos do século XX nos ensinou que a abolição dos direitos e das garantias individuais e do pluralismo político em nome de uma ditadura, mesmo que seja do proletariado, é um caminho que não pode ser mais percorrido.

Bem mais árduo e difícil, porém é apontar um novo caminho a ser seguido, o caminho que leva ao socialismo a partir da democracia: até o momento nenhum projeto socialista foi realizado a partir de uma radicalização da democracia: esta parece ser a tarefa do socialismo do século XXI.

O leitor vai encontrar nessas páginas um conjunto muito variado e rico de análises, reflexões, propostas, sugestões, perspectivas que vão neste sentido e que fazem desta coletânea um instrumento precioso para todos aqueles comprometidos com a árdua tarefa de repensar um socialismo à altura do nosso tempo.

Camerino, Itália, novembro de 2011

Antonio Rufino Vieira (org.)

**ÉTICA E FILOSOFIA CRÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO
NO SÉCULO XXI**

SUMÁRIO

Prefacio

Giuseppe Tosi (UFPB)

Palavras Preliminares ou Prefácio

Antonio Rufino Vieira (UFPB)

Ética de la Revolución: Teoría ética para el Socialismo en el siglo XXI

Antonio Salamanca Serrano (Panamá)

Ética material da vida: desafios do século XXI

Antonio Rufino Vieira (UFPB)

A dignidade humana

Antonio Sidekum

Ética, biopolítica e alteridade no capitalismo líquido

Castor Mari Martín Bartolomé Ruiz (UNISINOS)

Perspectivas de Felicidade na Sociedade Globalizada

Cecilia Pires (UNISINOS)

Ética e crítica das ideologias

Constança Marcondes Cesar (UFS)

O papel de uma leitura ética do pensamento marxista para a construção do socialismo no século XXI

Enoque Feitosa (UFPB)

Quem construirá o socialismo no século XXI?

Francimar Arruda (UFF)

Ética, justiça distributiva e liberalismo social

Jovino Pizzi (UFPEL)

Subjetivação e transformação social. Crítica da renovação em teoria da ação a partir de Karl Levêque, Etienne Balibar e Louis Althusser.

Marc Maesschalck (Bélgica)

O lugar e a importância de uma perspectiva crítica feminista no século XXI

Maria da Penha Felicio dos Santos de Carvalho (UGF)

La ética ecomunitarista y el socialismo del siglo XXI

Sirio Lopez Velasco (FURG)

PALAVRAS PRELIMINARES

Eis mais uma coletânea do GT Ética e Cidadania¹. Este GT, fundado em 2000, é um GT da ANPOF (Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia). Reúne pesquisadores de vários Programas de Pós-graduação em Filosofia (UFPB, UFPE, UFBA, UFRJ, UNISINOS, UGF, PUCCAMP), bem como pesquisadores de outras IES no país. Surgiu como uma iniciativa da Associação Latino-americana de Filosofia, fundada em Caxambu, em 1998. As pesquisas promovidas individualmente ou em grupo pelos membros se vinculam à linha de pesquisa “Ética e Filosofia Política”. O GT tem como compromisso promover o desenvolvimento da filosofia latino-americana de libertação, a nível nacional, abrangendo a docência, pesquisa e foro de debates articulados com movimentos sociais, comprometidos com a causa da libertação.

No espírito desse compromisso, foi realizado, em João Pessoa, o seu IV Encontro Nacional e o seu II Encontro Internacional, tendo como tema ***O Papel da Ética e da Filosofia Crítica na Construção do Socialismo no Século XXI: uma perspectiva latino-americana***. Os trabalhos apresentados foram dedicados à análise e à discussão dos problemas ético-políticos oriundos da crise do neoliberalismo, o que pode apontar para perspectivas abertas pela crise para o socialismo no século. XXI. Tal perspectiva socialista poderá superar os graves antagonismos sociais inerentes ao capitalismo e suas consequências, tais como as guerras em nome da democracia e o genocídio, provocados por uma visão norte-euro-cêntrica. Nesse sentido, discutiu-se, numa perspectiva latino-americana, o papel da ética e da filosofia crítica frente a estes problemas. Os trabalhos desta coletânea retratam muito bem a temática proposta por este Encontro.

¹ Como resultado dos Encontros quer sejam os promovidos pelo GT, quer seja pela sua participação nos Encontros da ANPOF, foram publicadas as seguintes coletâneas: PIRES, Cecília P. (Org.). *Ética e Cidadania: olhares da filosofia latino-americana*. Porto Alegre, Dacasa, 1999 ; Strieder, Inacio (Org.) *Ética e Cidadania*. Número Especial da *Revista Perspectiva Filosófica*, Recife, Dept. de Filosofia/UFPE, Vol. 8, nº 15, jan./jun. 2001; PIRES, Cecília P. (Org.). *Vozes silenciadas. Ensaios de ética e filosofia política*. Ijuí : Editora Unijuí, 2003, 276 p. ; PIRES, C. M. P. (Org.) ; PIZZI, Jovino (Org.) . *Desafios éticos e políticos da cidadania. Ensaios de Ética e Filosofia Política II*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006. v. 1000. 232 p. ; CARVALHO, Maria (Org.) *Ética, Justiça e Participação*. Nº especial da *Revista Ethica*. Rio de Janeiro : UGF, Vol. 14, nº2, 2007 ; MAGALHÃES, Fernando (org.) *Violência e Perspectivas Éticas da Sociedade. Ensaios sobre subjetividade, cidadania e liberdade*. Recife: Editora da UFPE, 2009; PIZZI, Jovino e CARVALHO, Maria (Org.). *Temas do capitalismo tardio: ensaios de ética e filosofia política*. Ijuí: Editora Unijuí, 2011, 242 p.

Antonio Salamanca apresenta a ética da revolução como proposta de um novo postulado teórico como paradigma materialista da ética a serviço da práxis política do Socialismo no século XXI. Seu ponto de partida é a realidade histórica dos povos de nossa América. Seu método é parte da tradição do materialismo histórico marxista. Postula, como fundamento da ética, a práxis pela satisfação ou insatisfação do sistema de necessidades materiais que os povos têm para produzir e reproduzir suas vidas. O conteúdo da proposta ética se organiza em função do sistema de necessidades materiais que constitui a vida humana dos povos.

Antonio Rufino Vieira analisa, a partir de Enrique Dussel; os desafios do século XXI à Ética material da vida. Dussel precisa a ética material da vida, "uma ética crítica a partir das vítimas", apontando para uma política transformadora que aspire a libertação e a transformação do mundo, visando uma sociedade verdadeiramente humana, baseada nos valores do *humanum* e do *novum*, tal como precisa E. Bloch. Nesse sentido, o interesse da Filosofia da Libertação pelo socialismo, segundo E. Dussel, decorre de sua análise da situação social: não basta a denúncia de uma situação injusta; deve-se, antes de tudo, encontrar formas de superação de tal realidade. Para tanto, o autor investiga se há condições objetivas e subjetivas para o socialismo na América Latina, como instrumento de superação das estruturas sociais alienantes e inumanas.

Antonio Sidekum aborda alguns aspectos subjacentes a compreensão do conceito de Dignidade humana, partindo-se de duas concepções e posturas simbólicas da natureza humana: a simbólica mítica e a racionalização do mundo vivido. A dignidade humana mereceu na história da Filosofia, do Direito e na história das transformações Políticas das últimas décadas um lugar de destaque, especialmente para uma construção da doutrina jurídica. Como a nossa tradição acadêmica ocidental tem suas raízes na Acrópole de Atenas e no Talmude de Jerusalém quer a presente exposição fazer uso dessas duas grandes raízes, e torná-los princípios fundantes do pensamento filosófico, da hermenêutica da linguagem jurídica e da justiça enraizada no tempo messiânico. Por um lado, Sidekum parte da filosofia grega para chegar ao postulado da comunidade de comunicação da vida. Por outro, das visões míticas e da cosmovisão bíblica para tratar da alteridade absoluta do outro, no direito e da interpelação ética de autores contemporâneos.

Castor Bartolomé Ruiz, ao analisar a relação entre *Ética, liberdade e alteridade numa sociedade pós-capitalista* mostra que a dominação social do capitalismo é efetiva porque fabrica subjetividades flexibilizadas acordes com os interesses do sistema. A estratégia de tal dominação envolve a construção maciça de valores para aliciar a liberdade dos sujeitos e dispositivos de poder para controlar suas práticas. A alternativa política à sujeição estrutural dos indivíduos requer a implementação de uma prática ética diferenciada que ajude os indivíduos a criar seu estilo de vida e sua forma de subjetividade através da escolha dos modos de subjetivação. É no modo de subjetivação que se forja a liberdade como prática ético-política. Contudo, os critérios éticos dos modos de subjetivação não podem ficar restritos aos interesses do indivíduo, sob pena de criarmos uma moral egolátrica de novos aristocratas sociais. Num mundo plural e até de relativismo filosófico, os valores orientadores dos modos de subjetivação devem ter como critério ético a alteridade humana. O outro é a referência ética da minha liberdade e a possibilidade efetiva da mesma. A alteridade humana não sufoca as possibilidades da subjetivação autônoma senão que, no pluralismo axiológico das culturas, se propõe como referencial ético

inviolável à historicidade dos valores do sujeito. O capitalismo exalta a cultura do eu na lógica produtiva, ao mesmo tempo em que, de forma heterônoma, o manipula alienando-o e o instrumentaliza controlando suas práticas. Uma sociedade pós-capitalista não se erguerá só com máximas políticas nem meros raciocínios morais, por muito bem intencionados que sejam. A nova sociedade (mais justa e humana) requer novos modos de subjetivação que, por sua vez, só serão eficientes quando possibilitar a criação de subjetividades autônomas, porém tendo como critério valorativo de sua prática ética a alteridade humana, em especial a dos oprimidos.

Cecilia Pires mostra que o tema da felicidade apresenta algumas recorrências no pensamento filosófico, em alguns períodos como exaltação e, em outro, como negação. É o tema da humanidade, o querer ser feliz faz parte de uma espécie de *DNA* do Logos. Em seu estudo não intenciona descrever ou registrar felicidade como determinação do destino ou como explicitação pelo negativo, como o pensamento trágico. Isso demanda uma investigação mais intensa e longa. O interesse, nos limites dessa análise, é pensar a felicidade e a igualdade, no século XXI, como podemos pensar o socialismo e a revolução, enquanto possibilidades e desejos das vontades políticas dos sujeitos singulares e históricos. Em que medida que a democracia, que construímos até aqui, asfalta nossos caminhos teórico-práticos para a felicidade nesse tempo em que o Capital atingiu o seu absoluto e constrói “felicidades” programadas para começar e terminar, no mesmo tempo de obsolescência em que dura qualquer artefato tecnológico. Teremos, portanto, a esperança de pensar a felicidade, a partir da igualdade e da liberdade, ou, ainda teremos que nos defrontar com a ética da necessidade para poder redimensionar nossos pactos e nossos projetos de sobrevivência?! Essa é a questão.

Constança Marcondes Cesar, tomando como ponto de partida as afirmações de Ricoeur que a liberdade é condição do exercício da cidadania e que a liberdade implica, por parte dos cidadãos na crítica das ideologias e na superação da falsa consciência, examina a correlação, em suas obras entre cidadania, democracia e crítica das ideologias. Para realizar essa tarefa, ela se atém, sobretudo, a *Do texto à Ação, Hermenêutica e crítica das Ideologias*.

Enoque Feitosa ressalta o papel de uma leitura ética do pensamento marxista na construção do socialismo do século XXI, deixando claro que discutir a função de uma leitura ética do pensamento marxista e qual o papel que tal leitura joga nos esforços teóricos e práticos para o projeto de avançar na construção do socialismo no século XXI, não implica em antecipar dogmaticamente como o mundo deve ser, mas sim, como, e em que circunstâncias, começam a amadurecer um conjunto de condições que apontam o mundo novo. E isso se dá não só a partir da crítica do mundo velho, mas da constatação da sua absoluta incapacidade em dar conta das necessidades concretas e das aspirações realmente humanas da sociedade. Ele observa que não se pode olvidar que o legado de Marx, além de seu caráter descritivo e científico, oferece não apenas um modo de interpretar adequadamente o mundo, contem também um apelo à sua transformação, portanto, um elemento claramente ético, sendo aqui indiferente se esse caráter ético é implícito ou explícito. É neste sentido, bastante específico, que este trabalho refletirá, não apenas acerca do papel de uma leitura ética para a construção do socialismo no século XXI, mas em que medida esta interpretação ética cumpriu, cumpre ainda hoje e que estará sempre apta a cumprir em todos os momentos em que a luta pela emancipação humana se fizer atual e necessária.

Francimar Arruda destaca que algumas das correntes mais relevantes da filosofia contemporânea assumiram para si a tarefa de fornecer quadros de reflexão sobre os impasses das sociedades capitalistas. Partindo desse pressuposto, tais correntes não temeram em dar a problemas ligados a formas de racionalização de vínculos sociais, o estatuto de objetos de indiscutível dignidade para a reflexão filosófica. Nesse sentido, este texto, tem como objetivo trabalhar as relações do sujeito com o social, elaborando as bases dessa relação a partir de um enfoque multidisciplinar, que envolva não só a questão da Filosofia Política, mas, como também, a teoria Psicanalítica. Quem sabe a construção desse tipo de "enxerto" teórico dê conta dos problemas atuais e estabeleça pistas para a elaboração de algumas respostas à sofrida questão da construção da subjetividade e a fragilidade da Ética que a sustenta neste início de milênio.

Jovino Pizzi observa que, cada vez mais, a educação requer, hoje em dia, uma forte inclinação para a reflexão crítica. Dentre esses autores, há um grupo qualificado como protogênese da crítica radical, ou seja, os mentores de um pensamento radical, como é o caso de Paulo Freire, Gustavo Gutierrez e Orlando Fals Borda. Essas releituras críticas possuem uma dívida significativa com outros autores, como é o caso de Manoel Bomfim, modo especial com seu livro *A América Latina. Males de Origem* (1905), e a polêmica gerada com a publicação dessa obra. É no final da década de 60 e início dos 70, que a América Latina conhece a expressão filosofia da libertação. Evidentemente, há, a partir dos anos 50, uma revisão com o academicismo da própria filosofia. Todavia, esse quadro ficaria incompleto sem a contribuição de outros autores, até mesmo porque bem antes, no início do século XX, pode-se encontrar um pensador pouco conhecido. *A América Latina. Males de Origem* é um texto publicado em Paris, em 1905, por Manoel Bomfim. O atrevimento de Manoel Bomfim abre um caminho alternativo aos ufanismos brasileiros da época, principalmente com sua disputa com Sílvio Romero. O livro foi a origem de uma áspera contenda entre os dois, pois ousava desmontar boa parte das convicções defendidas por Romero, como a teoria do embranquecimento da raça. Em outras palavras, Romero capitaneava o grupo dos intelectuais que defendia a representação do povo ou do Brasil como infantil ou semibárbaro. O poderoso Sílvio Romero representava os intelectuais que consideravam o povo brasileiro como infantil ou semibárbaro, defendendo o branqueamento da população como solução para o "defeito de formação" étnica do brasileiro. Essa é, sem dúvida, uma das razões desse resgate, ou seja, dessa protogênese crítica de diversos autores para, com isso, conseguir fazer uma releitura do próprio pensamento crítico latino-americano e da realidade atual. Afinal, trata-se de um resgate, mais que meritório, de pensadores, cujas contribuições não podem passar despercebidas, evitando, assim, cair no isolamento cultural de um ou de outro pensador. Talvez essa seja a maneira através da qual seja possível estabelecer um diálogo entre distintos autores, correntes e pontos de vista, de modo a compreender a formação e a estrutura de nossas idéias.

Marc Maesschalck², em seu estudo sobre Subjetivação e transformação social, analisa a crítica da renovação em teoria da ação a partir de Karl Levêque, Etienne Balibar e Louis Althusser. Para ele, as teorias sociais e políticas reinvestiram nas interrogações marxistas sobre a história e nas contradições do capitalismo. É certo que as crises mundiais atravessadas nestes últimos anos pelo sistema capitalista tiveram um

² A inserção da contribuição de Marc Maesschalck, professor na Universidade Católica de Louvain (UCL), Bélgica, se insere no quadro de cooperação acadêmico que o Doutorado em Filosofia da UFPB vem estabelecendo com a UCL.

papel importante neste retorno. Elas tornaram legítima, no mínimo, uma crítica mais radical da *ordo liberalis* e abriram uma brecha no reino do pensamento único que se impusera como consequência da queda do Muro de Berlim e do fim da guerra fria.

Maria da Penha Felício dos Santos de Carvalho discute o lugar e a importância de uma perspectiva crítica feminista no século XXI. Ela destaca que impulsionada, sobretudo, pela força das reivindicações dos movimentos feministas, a histórica condição de desigualdade dos sexos/subordinação das mulheres vem passando por mudanças significativas, a partir de meados do último século. Embora transformações importantes possam ser sentidas em todas as partes do mundo, percebe-se, por um lado, que há sérias diferenças no grau e na qualidade dos avanços rumo à paridade dos sexos nas diversas regiões do planeta. Por outro lado, parece inegável o fato de que, em todas as partes, relações desiguais entre homens e mulheres persistem, e que a visão androcêntrica do mundo – agora muito mais camuflada – não deixou de existir. Na verdade, em nenhuma sociedade o problema da desigualdade entre os sexos está superado; em todas, ainda há muito que fazer. Motivou a escolha do tema do presente estudo a constatação dessa situação, aliada à convicção de que a real transformação do papel da mulher na sociedade é imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa. Sublinhando a importância da perspectiva crítica, o trabalho pretende evidenciar que o surgimento do conceito de gênero, nos anos de 1970, contribuiu para efetivar transformações favoráveis ao sexo feminino, na medida em que favoreceu o questionamento de relações assimétricas de poder. O conceito de gênero diz respeito às construções simbólicas e culturais e foi criado com a finalidade precisa de enfatizar que os papéis sexuais dependem menos de diferenças biológicas entre os sexos do que de imposições sócio-históricas. O objetivo do trabalho é, portanto, evidenciar essa função crítica/desconstrutiva do conceito de gênero. Além disso, pretende-se destacar outro campo de atuação do conceito, mais voltado para a prática. Na medida em que desmascara as bases teóricas que dão sustentação às diversas situações concretas de desigualdade, o trabalho hermenêutico abre caminho para uma efetiva transformação nas relações sociais.

Sirio Lopez Velasco ressalta que hoje é preciso se refletir sobre a construção do socialismo do século XXI em perspectiva ecomunitarista à luz dos acertos e dos erros do “socialismo real” do século XX (morto na Europa após a dissolução da URSS, e sobrevivente no século XXI em Cuba e na República Popular de Coreia). Proponho-me realizar minha tarefa reflexiva de filósofo, à luz da experiência latino-americana e mundial (pensando sobre tudo em Cuba, Venezuela e Bolívia, os três países latino-americanos que mais esforços estão fazendo para superar o capitalismo, e também no Equador, que parece querer seguir também esse rumo), analisando as semelhanças e, sobre tudo, as diferenças fundamentais entre o socialismo real do século XX e as postulações do socialismo do século XXI. Em especial Sirio aborda o conceito do ecomunitarismo (ordem sócio-ambiental utópica pós-capitalista, guia para a ação, baseada nas três normas fundamentais da ética), e as questões referentes à satisfação das necessidades, à perspectiva sócio-ambiental e intercultural, à democracia e o Estado, às religiões, e à dimensão internacional do socialismo do século XXI.

Agradecemos o apoio que tivemos para o nosso evento da CAPES, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA/UFPB), da Coordenação de João Pessoa do Programa Integrado de Doutorado em Filosofia UFPB/UFPE/UFRN, do PPGE/LAVID (Laboratório de Vídeo digital), do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos/UFPB e do GP Filosofia da Práxis UFPE/CNPq. Nossos agradecimentos se estendem a diferentes instâncias da UFPB, de modo particular a PRA, a PRPG. Sem todos estes apoios, certamente não conseguiríamos viabilizar nosso Encontro.

Para a edição desta coletânea, devemos nossos profundos agradecimentos à Coordenação de João Pessoa do Programa Integrado de Doutorado em Filosofia UFPB/UFPE/UFRN.

João Pessoa, novembro de 2011